

# SOCIEDADE & NATUREZA

REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Sociedade & Natureza

ISSN: 0103-1570

sociedadenatureza@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Brasil

Arvelos, Larissa

ORTEGA, A. C; JESUS, C. M. Café e Território : a cafeicultura no Cerrado Mineiro. São Paulo: Alínea, 2012. 246p.

Sociedade & Natureza, vol. 25, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013, pp. 641-643

Universidade Federal de Uberlândia  
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321329292015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## RESENHA

ORTEGA, A. C; JESUS, C. M. *Café e Território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro*. São Paulo: Alínea, 2012. 246p.

*Larissa Arvelos*

Aluna do curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia  
larissa.arvelos@gmail.com

Resenha recebida em 31/01/2013 e aceita para publicação 20/09/2013

Na obra intitulada “Café e Território a cafeicultura no Cerrado Mineiro”, os autores Antônio César Órtega e Clésio Marcelino de Jesus avaliam o que denominam como “Território do Café do Cerrado Mineiro”, porção territorial que compreende a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, compreendida pelos autores como uma das mais bem-sucedidas experiências de arranjo produtivo da cafeicultura do território brasileiro.

No capítulo primeiro, “Origem e desenvolvimento da cafeicultura no Brasil”, os autores descrevem a história da disseminação da cultura do café e do hábito de tomar café pelo mundo, desde a África, passando pelo Oriente Médio, até chegar a Europa. Em seguida discorrem sobre a consolidação da cafeicultura no Brasil, no século XVIII, concentrado no Sudeste, que se inicia no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba, estendendo-se para São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Demonstram a importância que a expansão cafeeira teve na difusão da acumulação capitalista no Brasil, como também na urbanização, e industrialização do país. Ressaltam como o café interferiu nas relações sociais de produção, com a superação do escravismo, a emergência do colonato e a afirmação ao trabalho assalariado. Destacam a crise pós 1930, que impactou negativamente a demanda internacional do café em um momento de superprodução brasileira, gerando um quadro de forçada diversificação da agricultura nacional e posteriormente uma nova consolidação da cafeicultura em áreas de maior produtividade. Os autores ainda apresentam a crise cafeeira do final dos anos 1960, também resultante de uma superprodução, que desencadeou a adoção de uma política de renovação e revigoramento da cafeicultura nacional, como

também o deslocamento de da atividade para as terras do Cerrado Mineiro e para outras regiões do país.

No segundo capítulo “O café na região do Cerrado Mineiro”, é apresentada a constituição da cafeicultura nesta região. Através dos Censos Agropecuários, os autores descrevem a evolução da cafeicultura no cerrado mineiro ao longo de quarenta anos. Demonstram as especificidades da cafeicultura mineira, brasileira e também destacam a importância da agricultura familiar. Em seguida, discorrem sobre as inovações tecnológicas e as adaptações que geraram a alta produtividade da cafeicultura e também apresentam dados sobre a aplicação e as consequências da inserção das máquinas na produção de café. Neste capítulo é demonstrado o perfil dos cafeicultores, retratando a estrutura agrária da produção e a forma diversificada da obtenção de renda dos mesmos. O capítulo é encerrado com a explicitação da estrutura política que dá suporte e fomenta o chamado arranjo territorial produtivo do café no cerrado mineiro.

No terceiro capítulo, “O enfoque territorial: um referencial teórico de análise”, são exemplificadas as experiências rurais autônomas que surgiram como estratégias dos produtores visando competir no mercado globalizado. Assim, a cafeicultura no cerrado mineiro é reconhecida pelos autores, como uma típica estratégia geográfica, que ganha espaço no mercado e é qualificada como altamente competitiva e bem sucedida pelo seu caráter institucionalizado e pela sua exclusividade advinda das práticas de certificação de origem do café.

No capítulo quarto, intitulado “Representação de Interesses e Construção Territorial na Cafeicultura do Cerrado Mineiro” é caracterizado o surgimento das associações entre os cafeicultores do Cerrado Mineiro, reconhecendo-as como resultado de um processo de especialização produtiva. Este quadro de especialização, segundo os autores, favoreceu a criação de entidades representativas também especializadas, as chamadas organizações por produto, com o fim de canalizar reivindicações de coletivos específicos, sabidamente, os agricultores produtores de café que geraram um quadro de hegemonia específica.

No quinto capítulo, “Estado, Financiamento, Pesquisa e Assistência Técnica Oficial na Cafeicultura do Cerrado Mineiro” os autores dão destaque ao papel intervencionista do Estado, que por meio de políticas públicas possibilitaram a ocupação recente do Cerrado, viabilizando a difusão da Revolução Verde e a incorporação da modernização do campo. Os autores demonstram o papel importante da política incentivando a produção cafeeira através de incentivos fiscais, a criação de linhas de créditos especiais aos produtores, regulação de preços e estoques, fomento ao *marketing* internacional, criação e também reformas na infraestrutura de armazenamento dos grãos e incentivo às pesquisas tecnológicas agrícolas.

No capítulo sexto, “A representação da cafeicultura do Cerrado Mineiro”, os autores delineiam um quadro da atual Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), procurando destacar as principais novidades trazidas no âmbito da participação da sociedade nos comitês de bacias hidrográficas e da definição da água enquanto bem público que deve ser dotado de valor econômico. O modelo intensivo de exploração utilizado pelos cafeicultores, com maior número de plantas por hectare, visando maior produtividade, requer o uso intensivo de irrigação, particularmente na época da florada. O uso intensivo dos recursos hídricos para a produção cafeeira tem levado os produtores, através de suas organizações representativas, a participar efetivamente das discussões da constituição do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paranaíba.

No sétimo capítulo, intitulado “A cadeia produtiva no território Café do Cerrado Mineiro”, os

autores dissecam a cadeia produtiva da cafeicultura no cerrado mineiro, descrevendo minuciosamente os segmentos que participam da mesma. Destacam o setor “à montante”, o setor agrícola, o “setor à jusante”, o consumo final e os serviços de apoio, cada um desempenhando uma função específica, que dão suporte à realização da cafeicultura na região. Em seguida fazem a explicitação do funcionamento do mercado mundial do café e também da produção brasileira, bem como suas influências para a produção de café no cerrado mineiro.

O capítulo oitavo, intitulado “Transformações produtivas e Diferenciação Social no Território do Café do Cerrado Mineiro”, os autores dissertam sobre a adoção das inovações mecânicas utilizadas na cafeicultura do cerrado mineiro, provocando transformações nas relações de trabalho, como é o caso da mecanização da colheita (já que o café sempre foi demandante de expressiva força de trabalho manual). Este capítulo é organizado em duas seções, na primeira seção é abordado o processo de intensificação da modernização do processo produtivo da cafeicultura através da inserção de maquinários especializados na produção. Na segunda seção é discutido o impacto desse processo modernizador sobre as populações envolvidas nesta atividade. Destacam-se também os efeitos da mecanização da colheita, que exclui a mão de obra humana e pouco qualificada, introduzindo novas exigências (trabalhadores extremamente especializados).

No último capítulo “Certificação de Origem: A busca da singularidade como referência o território”, os autores descrevem as experiências que buscam a obtenção da indicação geográfica de procedência do produto pra agregar valor, por meio de selos de qualidade e origem, que visam tornar o café do cerrado reconhecimento um produto diferenciado, valorizando um conjunto de características específicas que são reconhecidas pelo mercado consumidor. Destacam a construção da marca de denominação de origem do café do cerrado (“Região do Cerrado Mineiro”) e posteriormente dissertam sobre a difusão de outras certificações que, nesta região, são incorporadas pelos produtores de café.

---

Em várias ciências, o território figura como um conceito que hoje ganha caráter polissêmico, e tem aparecido em diferentes abordagens. O livro “Café e Território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro” é uma importante documentação a cerca das características da cafeicultura no cerrado mineiro, desse modo ele é uma fonte minuciosa de dados estatísticos e oferece uma proposta teórica particular advinda da ciência econômica para a análise da produção de café na região. Trata-se de referência bibliográfica que pode ser usada como instrumento para uma análise das estratégias da produção cafeeira no período atual.